

Novo relatório da Comissão Europeia aponta o dedo a Portugal

APOGEN exige que Portugal cumpra a legislação comunitária sobre medicamentos genéricos

Lisboa, 8 de Julho de 2009 - A Comissão Europeia da Concorrência divulgou hoje o relatório final sobre a indústria farmacêutica em que denuncia os atrasos da entrada de medicamentos genéricos em Portugal. O relatório divulgado hoje em Bruxelas tem um case study (pág. 331) dedicado a Portugal em que analisa os procedimentos contrários à legislação comunitária.

O relatório refere que em Portugal, os medicamentos genéricos demoram mais de 6 meses a entrar no mercado, um dos piores registos da União Europeia.

A análise feita ao sector farmacêutico revela ainda que, entre o final da patente e a entrada de um genérico no mercado, passam em média mais de 7 meses, penalizando os doentes e o Estado que suportam custos muito superiores com medicamentos que já perderam a patente.

Para prologar o período da patente, algumas farmacêuticas de medicamentos originadores recorrem sistematicamente aos tribunais.

Esta estratégia não se mostrou favorável na maior parte dos países europeus, caso da Suécia, Itália, Espanha, Dinamarca e Alemanha, onde os tribunais a rejeitaram por a considerarem ilegal e desconforme com a legislação comunitária.

No entanto, em Portugal, vários medicamentos genéricos, já com autorização do INFARMED, têm a sua entrada no mercado suspensa por decisão dos Tribunais Administrativos.

Inicialmente, as farmacêuticas de originadores recorreram aos Tribunais do Comércio, que têm competência para julgar patentes, mas perderam grande parte dos processos e então viraram-se para os Tribunais Administrativos, que, suscitada a dúvida sobre a validade da patente, suspendem a entrada de genéricos até estar resolvido o diferendo.

Para agravar ainda mais a situação e como é referido no relatório de Bruxelas, a Direcção Geral das Actividades Económicas (DGAE) tem recusado em dezenas de casos os pedidos de atribuição de preço a medicamentos genéricos, impossibilitando assim a sua comercialização.

Estas suspensões dos tribunais e da DGAE, pelas contas da APOGEN, e tendo em conta que estão em causa alguns dos medicamentos mais vendidos em Portugal, estão a custar ao Estado e aos Utentes entre 35 a 45 milhões de euros por ano.

A Comissão Europeia afirma ainda que nos últimos anos tem havido um declínio no número de medicamentos inovadores a entrarem no mercado. O que, para a APOGEN, pode explicar a tentativa de prolongar artificialmente a validade das patentes.

Na União Europeia não é permitida a chamada "Patent Linkage" que proíbe a entrada de medicamentos genéricos no mercado até estar provada a não validade da patente. Este sistema existe nos EUA, mas o presidente Barak Obama já anunciou que o vai rever ou mesmo revogar.

A Comissão Europeia sublinha, no relatório, a importância dos medicamentos genéricos para os Estados e Utentes e recomenda aos estados-membros que tomem medidas para promover a utilização de genéricos.

Bruxelas revela que, em média, os genéricos são 40% mais baratos dois anos depois de entrarem no mercado, sendo fortes impulsionadores da redução de preços dos medicamentos beneficiando os Estados e os Utentes e abrindo caminho à introdução de novos medicamentos inovadores.

Para mais informações:

Carla Reis Costa – Porter Novelli



Many Minds. Singular Results.

Tel. 21 313 61 00

Tlm. 91 721 72 76

Email: carla.reiscosta@porternovelli.com